

CANGAÇO E BANDITISMO SOCIAL

BREVES CONSIDERAÇÕES

LUIZ BERNARDO PERICÁS

RESUMO *Este artigo discute a teoria do banditismo social, de Eric Hobsbawm, e ideias similares desenvolvidas por estudiosos brasileiros em relação ao cangaço.*

PALAVRAS-CHAVE *Cangaço, Sertão, Nordeste, Virgulino Ferreira, Lampião, Rui Facó, Christina Matta Machado, Eric Hobsbawm, Banditismo social, Banditismo rural.*

ABSTRACT *This paper discusses Eric Hobsbawm's theory of Social Banditry, as well as similar ideas developed by Brazilian scholars in relation to "cangaço".*

KEYWORDS *Cangaço, Virgulino Ferreira, Lampião, Rui Facó, Christina Matta Machado, Eric Hobsbawm, Social Banditry, Rural Banditry.*

Alguns anos atrás, o historiador Alberto da Costa e Silva me disse, ao telefone, que seu amigo Celso Furtado certa vez lhe havia comentado: “Se Eric Hobsbawm fosse nordestino ou tivesse vivido no sertão, jamais teria escrito o que escreveu sobre o cangaço”. A frase é emblemática e serve para ilustrar algumas das críticas às ideias do intelectual britânico sobre a suposta relação do *banditismo social* com grupos como os de Antônio Silvino e Lampião, por exemplo. Se ele já havia assentado as bases de seu pensamento em *Primitive Rebels* (1959), iria desenvolver o tema e ser mais específico, dez anos depois, em *Bandits*, livro no qual utilizará como um dos principais exemplos para ilustrar sua teoria, a trajetória do conhecido bandoleiro Virgulino Ferreira.

A obra de Hobsbawm, nesse sentido, pode ser vista como um divisor de águas: ela certamente provocou os estudiosos a ver o fenômeno do bandoleirismo rural através de uma ótica popular, indicando semelhanças entre criminosos de diferentes partes do mundo e buscando compreender suas motivações dentro do espectro da luta de classes. Mas se há inovação aí, deve ser vista a partir dos enquadramentos de sua época. Ou seja, é preciso analisar a interpretação do autor de *Era dos extremos* no contexto em que foi elaborada. E se perguntar se a visão do mestre não estaria datada, mal formulada ou incompleta.

Como já apontei em meu livro *Os cangaceiros: ensaio de interpretação histórica* (PERICÁS, 2010), Hobsbawm parte de um modelo excessivamente universalizante, tentando encontrar traços comuns em bandidos do meio rural bastante distantes em termos geográficos e temporais, deixando de analisar cada caso a partir de suas especificidades, e colocando-os todos num mesmo “balaio teórico” (sem qualquer comprovação documental). As fontes utilizadas por ele, no caso do cangaço, foram essencialmente tiradas de lendas e do folclore popular (ou seja, imagens idealizadas e reconstituídas daqueles homens e suas histórias). Elas certamente não refletem a realidade daqueles indivíduos.

Mesmo a bibliografia consultada é mínima, precária e limitada. Para construir suas observações sobre o cangaceirismo, o professor do Birbeck College da Universidade de Londres cita como referência a edição francesa do livro *Os cangaceiros: les bandits d'honneur brésiliens*, de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1968); *O mundo estranho dos cangaceiros*, de Estácio de Lima (1965); *Padre Cícero*, a biografia clássica do religioso escrita por Otacílio Anselmo (1968); *Capitão Virgulino Ferreira Lampião*, de Nertan Macedo (1962); e *No tempo de Lampião*, de Leonardo Mota (1967). Em outras palavras, uma amostragem extremamente insuficiente para quem deseja se aprofundar no tema¹.

Além disso, ele discute casos de supostos “bandidos sociais” em lugares tão diferentes como a Inglaterra, Espanha, Cárpatos, Itália (Nápoles, Calábria e Sicília), Estados Unidos, Daguéstão, Índia, China, Macedônia, Nordeste brasileiro, Turquia, Peru, Bolívia, Colômbia, Hungria, Grécia, Bósnia, Indonésia, Tunísia, França, Alemanha, Rússia e Cuba. Mais tarde, em edições posteriores, também incluiria Ned Kelly, o fora-da-lei australiano (se o britânico influenciou um autor como John McQuilton, ele seria muito criticado por outros *Aussies* como Alex McDermott e John Hirst).

Será que Hobsbawm conhecia a fundo a história de cada um daqueles países para fazer afirmações tão peremptórias? Teria ele utilizado vasta documentação? Pesquisou em arquivos estrangeiros? Consultou uma ampla e variada bibliografia nas línguas originais? A resposta, como se pode supor, é “não”. A tentação de se elaborar “teorias” generalizantes é grande, mas perigosa. Toda teoria deve expressar o que é “dominante”, e não a exceção. Muitas das variáveis do *banditismo social*, por certo, não se aplicam ao cangaceirismo; podem estar presentes em um ou outro daqueles *outlaws*, mas não são suficientes para construir uma teoria, que nunca deve ser elaborada a partir de *casos de exceção*.

¹ Na mais recente edição brasileira, Hobsbawm sugeriria, nas “Leituras complementares”, outros artigos e livros, como *Political Structure and Social Banditry in Northeast Brazil* (PETER SINGELMANN, 1975); *The Bandit King: Lampião of Brazil* (CHANDLER, 1981); e *The Oligarchical Limitations of Social Banditry in Brazil: The Case of the “Good” Thief Antonio Silvino* (LEWIN, 1982). Vários livros importantes sobre o cangaço produzidos antes e depois destes trabalhos, contudo, não foram sequer mencionados. Ver Eric Hobsbawm, 2010.

Para Hobsbawm, os “bandidos sociais” permaneceriam dentro da sociedade “camponesa” e seriam admirados e respeitados pela população pobre, que os consideraria “heróis”, “vingadores” e mesmo “líderes de sua libertação”, dando-lhes, conseqüentemente, apoio. Em outras palavras, esses criminosos seriam vistos como “símbolos de protesto social”, pois lutavam contra os “inimigos de classe” dos “camponeses”: o Estado e os “senhores rurais”. Eles compartilhariam os valores morais do povo e uma visão de mundo similar daquelas comunidades das quais haviam saído, pelejando em sua defesa, em atos que expressavam um protesto social de caráter pré-político e inconsciente.

Como comentei alguns anos atrás, em entrevista para o *Correio Braziliense* (PERICÁS, 2010), muitos líderes do cangaço tinham origem relativamente abastada e eram membros de famílias tradicionais. Ou seja, em boa medida, é possível dizer que faziam parte da “elite” local: latifundiários, descendentes de integrantes da Guarda Nacional e donos de escravos (no caso do século XIX), ou filhos deles, podiam ser encontrados entre as lideranças cangaceiras, que tinham, em diversos momentos, boas relações com “coronéis”, policiais e políticos conservadores (dos quais recebiam proteção, armas e munição); agiam e eram vistos por seus asseclas (a “arraia miúda”, o *rank and file* do cangaço) como “patrões”, e, em geral, não tinham qualquer identidade de classe com o povo mais pobre do sertão. Preferiam estar na companhia dos “coronéis” do que com agricultores ou trabalhadores rurais humildes.

Falo aqui, é claro, dos líderes. Mas eram eles que davam a tônica dos bandos, que imprimiam sua marca e impunham seus desejos. Eram aqueles “comandantes”, em última instância, que indicavam a forma de proceder e os caminhos a seguir dos grupos.

Além disso, muitos daqueles indivíduos conseguiram obter ganhos materiais a partir de extorsões, sequestros e roubos (retirando dinheiro e objetos pessoais tanto dos ricos como dos pobres). Esse butim, certamente, não era – na verdade, nunca

foi – utilizado para melhorar a vida da população despossuída e necessitada: os bandoleiros ficavam com tudo para si (vez por outra, distribuíam quantias irrisórias, “esmolas”, no meio da praça de algum vilarejo). E os relatos sobre famílias ou populações inteiras fugindo de um determinado lugarejo, apavoradas, ao saber da chegada iminente dos cangaceiros, em diferentes pontos do sertão, são abundantes. Não é para menos. As torturas com requintes de crueldade eram comuns. E as vítimas, variadas: de trabalhadores de obras contra as secas (cassacos em estradas, por exemplo) a mulheres que eram marcadas com ferro em brasa com as iniciais de algum bandido (o caso de José Baiano é o mais conhecido). O temor de se deparar com aqueles bandoleiros, portanto, era grande. Tratamento similar era, muitas vezes, dado pelas tropas volantes, mostrando que ambos os lados personificavam os aspectos mais violentos e agressivos do sertão nordestino naquele período.

De qualquer forma, os cangaceiros, como se pode perceber, claramente não estavam se rebelando contra uma ordem tradicional e os potentados rurais. Pelo contrário. Não só se aliavam a vários homens de poder e posses, como, se pudessem, gostariam de se tornar iguais a eles.

Por sua vez, considerar as ações dos *brigands* sertanejos como pré-políticas e inconscientes é ter uma visão apriorística daqueles indivíduos e do mundo em que viviam. O fato de não estruturarem um movimento social orgânico (ou não se juntarem para formar uma organização política qualquer) não significa que representavam “movimentos pré-políticos” e “inconscientes”, nem que aqueles bandoleiros fossem adultos infantilizados, sem qualquer capacidade de discernimento. Na prática, aqueles homens sabiam com precisão quais eram as forças políticas e o ambiente social no qual transitavam, eram bastante hábeis para negociar com os atores regionais e escolheram *conscientemente* de que lado iriam ficar, assim como de que forma deveriam atuar.²

² Ver Pericás, 2010 (p. 4-5) e 2011 (p.8).

É claro que durante um bom tempo (e mesmo hoje em dia), muitos estudiosos leram *Bandits* com interesse, levando ao pé da letra suas asseverações. José Honório Rodrigues, que elogiou o livro, ainda assim admitiria, numa resenha para o *Jornal do Brasil*, que “o autor escreve pouco e sem maiores conhecimentos sobre o Brasil” (RODRIGUES, 1991, p. 186).

Mas Hobsbawm não foi o único a trilhar por aquele caminho. Ideias similares foram bastante disseminadas na época. É só lembrarmos do jornalista e membro do PCB Rui Facó e seu *Cangaceiros e fanáticos* (1963) ou Maria Christina Matta Machado com *As táticas de guerra dos cangaceiros* (1969), dois textos emblemáticos. E problemáticos. Isso para não falar na obra da já citada Maria Isaura Pereira de Queiroz (estranhamente designada por um relatório da Divisão de Segurança do Ministério da Educação, durante a ditadura militar, de “líder marxista-leninista na área de Ciências Sociais”)³ também depositária de muitos equívocos factuais, insuficiência de pesquisa e interpretações moldadas dentro de uma “camisa de força teórica” pré-estabelecida (seu breve e sintético *História do cangaço* é um desses casos).⁴

O uso displicente de termos e categorias é patente no caso de certos intelectuais que estudaram temas rurais. Muitos dos dados estatísticos e documentos apresentados em investigações recentes contradizem boa parte do que esses *scholars* escreveram. Vale mencionar, nesse sentido, dois importantes pesquisadores na área, Linda Lewin e Frederico Pernambucano de Mello, que produziram algumas das obras mais sérias e sofisticadas acerca do cangaceirismo.

Não queremos, com isso, destituir de importância aqueles trabalhos pioneiros, mas mostrar os limites do discurso dos autores aqui mencionados, que realizaram análises, em boa medida, como forma de contraporem-se a uma visão mais conservadora ou tradicionalista do fenômeno, exemplificada em livros de romancistas, folcloristas, sociólogos, oficiais de

³ Ver Ministério da Educação, Divisão de Segurança e Cultura, Informe N. 1. 002/AESI/USP/73, São Paulo, 28 de fevereiro de 1973.

⁴ Ver *História do cangaço* (Queiroz, 1986). Muitas observações críticas aos trabalhos de Queiroz sobre o cangaço podem ser encontradas em meu livro *Os cangaceiros: ensaio de interpretação histórica* (PERICÁS, 2010). Outro autor que aponta “exageros” da socióloga é Warren Dean (s/d, p. 47-48), nesse caso, em relação às conclusões e aos contrastes entre diferentes grupos sociais, num trabalho sobre comunidades rurais no vale do Paraíba: A estratificação e mobilidade social nas comunidades agrárias do vale do Paraíba (QUEIROZ, 1950, p. 215-218).

polícia e historiadores como Gustavo Barroso, Xavier de Oliveira, Abelardo Parreira, Êrico de Almeida, Ranulfo Prata, Optato Gueiros e Rodrigues de Carvalho. E, em alguns casos, bastante influenciados por uma visão “pecebista” que vinha da década de 1930, que interpretava o cangaço como uma revolta social inconsciente das massas sertanejas empobrecidas, despossuídas e exploradas, ou seja, uma rebeldia contra as injustiças do sertão.

Não custa lembrar que, em 1931, um documento do Bureau Sul-Americano do Comintern, sem qualquer análise mais aprofundada, diria que “os grupos de cangaceiros de Lampião e outros arrastam consigo, sobretudo, as grandes massas de jovens camponeses”⁵; já que estes últimos haviam perdido a esperança de receber algo do “Estado feudal-burguês” e por isso, pegavam em armas para combater os “feudais” e resolver sua situação de penúria.

Poucos anos mais tarde, um informe do PCB para a III Conferência de Partidos Comunistas da América Latina e Caribe (ocorrida em Moscou, no ano de 1934), elaborado pelo secretário-nacional do partido, Antônio Maciel Bomfim (mais conhecido como “Miranda”), insistiria que “os *partisans* cangaceiros estão chamando à luta, estão unindo os camponeses pobres na sua luta por pão e pela vida... Na província da Bahia somente, os *partisans* representam um destacamento de aproximadamente 1.500 homens, armados com metralhadoras, equipados com caminhões”⁶. Haveria, a partir daí, a tentativa de intensificação dos contatos com os bandoleiros sertanejos. Isso porque, na avaliação precipitada do secretariado nacional do PCB, “o cangaceiro é um elemento revoltado contra a ordem de coisas existente, é revolucionário porque luta contra o aparelho de Estado e sua reação”⁷. Como se sabe, nada daquilo procedia. A visão do rebelde do campo, como se vê, já existia desde aquela época e certamente iria influenciar as gerações posteriores.

O fato é que muitos livros que defendiam a tese do *banditismo social* ou variações dessa teoria foram publicados nos anos

⁵ Ver Bureau Sul-Americano do Comintern, *Teses do Bureau Sul-Americano sobre a situação do Brasil e as tarefas do Partido Comunista, 1931*, citado em Karepovs, 2003 (p. 99-100).

⁶ *Ibid.*, p. 99 e 100.

⁷ *Ibid.*, p. 103.

1960, quando o *élan* da revolução cubana era significativo: um momento que tinha como perspectiva as experiências das Ligas Camponesas e as reformas de base do governo João Goulart. Logo depois, viriam o golpe militar e a luta armada no Brasil – outro elemento importante para moldar os estudos do cangaceirismo, analisando um fenômeno de muitos lustros antes com a visão do presente; nesse caso, a partir do calor da gesta guerrilheira contra os generais no poder, jogando, retroativamente, os valores, as atitudes e as interpretações daquele momento para um período anterior, deveras distinto. Basta lembrar que até mesmo Carlos Marighella mencionaria Virgulino Ferreira como grande estrategista militar e se inspiraria em sua luta, considerando o bandoleiro de certa forma também como um “bandido social” (CÂMARA, 1999, p. 283). Afinal, para o dirigente da ALN (Ação Libertadora Nacional), seria importante criar “pontos de apoio numa espécie de atividade à moda de Lampião, construindo a rede de coiteiros camponeses e a rede camponesa de informações para os revolucionários” (MARIGHELLA *apud* CÂMARA, 1999, p. 283).

Um caso clássico na literatura sobre o cangaceirismo é o de Rui Facó, que utilizava todos os jargões oficiais pecebistas para montar o quadro econômico e social do país.⁸ Para ele,

o cangaceiro e o fanático eram os pobres do campo que saíam de uma apatia generalizada para as lutas que começavam a adquirir caráter social, lutas, portanto, que deveriam decidir, mais cedo ou mais tarde, seu próprio destino. Não era ainda uma luta diretamente pela terra, mas era uma luta em função da terra – uma luta contra o domínio do *latifúndio feudal* (FACÓ, 1963, p. 45. Grifo nosso).

O termo *latifúndio semi-feudal* também é usado pelo autor, indistintamente. E outros, como *opressão feudal*, *sem-terra*, *campesinos*, *dependência semi-feudal*, *regime escravista* e *pobres do*

⁸ Para mais informações sobre a trajetória de Rui Facó, ver Pinheiro, 2014.

campo, todos utilizados sem maior rigor ou definição apropriada. Segundo Facó, o sertão nordestino era caracterizado por um “atraso medieval”, mas também por uma classe potencialmente revolucionária, “os semi-servos da gleba”.

Ao final do livro, o autor tenta fazer prognósticos, citando movimentos contemporâneos e dissímiles ao cangaço, como as Ligas Camponesas, associações de lavradores ou as “lutas diretas pela terra em Goiás”, por exemplo.

Não se pense que por não serem mais possíveis os grupos de cangaceiros ou os redutos fixos dos conselheiros e dos beatos, essa massa enorme de miseráveis vá cruzar os braços à espera de planejadas transferências maciças para o Maranhão ou o Brasil Central – onde sua vida pouco se modificaria, porque o latifúndio subsiste com todas as suas taras semifeudais, *opondo todos os obstáculos ao desenvolvimento da propriedade individual próspera ou de cooperativas agrícolas de produção*, que tenham melhor sorte do que as inúmeras fundadas por todo o Brasil e asfixiadas sistematicamente pelo latifúndio (Facó, 1963, p. 219. Grifo nosso),

diria ele. O que sua conclusão tem a ver com o “cangaceirismo”, especificamente, é difícil saber. Na visão messiânica e fatalista de Facó, a luta transitária, portanto, de ações realizadas por cangaceiros (homens do campo, que sofriam as injustiças dos “coronéis” e do governo, mas sem preparo político e ideológico) para formas *modernas* (movimentos sociais “camponeses”) na luta pela “propriedade individual próspera ou de cooperativas agrícolas”. Uma análise mecanicista e distante, inclusive, de diversos pressupostos de teóricos “marxistas” clássicos (Joseph Weydemeyer e Friedrich Sorge, entre outros),⁹ como do próprio Marx.¹⁰

Já a construção do quadro histórico e a terminologia empregada no livro são muito diferentes (opostas mesmo) daquelas elaborados por Caio Prado Júnior, autor, por sinal,

⁹ De acordo com Sorge, amigo íntimo e colaborador de Karl Marx, em seu conhecido *Socialism and the Worker*, “a agricultura em nosso tempo só tem bons resultados se realizada em larga escala, se grandes extensões de terra puderem ser cultivadas com ajuda de maquinaria e a aplicação de todas as melhorias modernas... [Os socialistas] são estritamente contra a divisão da terra. Pelo contrário, os socialistas são da opinião que haverá um tempo quando um número de pequenos agricultores se unirá para cultivar suas terras em comum, dividirão os produtos entre si, vendo que a produção agrícola em pequena escala não pode competir com a produção agrícola em larga escala...” Ver citação de Friedrich Sorge em Herreshoff, 1973, p. 102.

¹⁰ Para Marx, “aquilo de que precisamos é de uma produção que aumente diariamente e as suas exigências não podem ser preenchidas consentindo que uns poucos indivíduos a regulem de acordo com os seus caprichos e interesses privados ou que ignorantemente esgotem as forças do solo. Todos os métodos modernos – tais como irrigação, drenagem, aradura a vapor, tratamento químico, etc. – devem ser aplicados à agricultura em grande. Mas, o conhecimento científico que possuímos e os meios técnicos de agricultura que dominamos, tais como maquinaria, etc., não podem ser aplicados com êxito senão cultivando a terra em larga escala... Nacionalizar a terra em ordem a deixá-la em pequenos lotes a indivíduos ou a sociedades de operários apenas engendraria, com

um governo da classe média, uma temerária concorrência entre eles próprios e resultaria, portanto, num aumento progressivo da “Renda” que, por seu turno, forneceria novas oportunidades aos apropriadores de se sustentarem dos produtores... Eu digo... o movimento social conduzirá a esta decisão de que a terra não pode ser possuída senão pela própria nação. Abandonar o solo nas mãos dos trabalhadores rurais associados seria fazer a sociedade render-se a uma classe exclusiva de produtores”. E completava: “A nacionalização da terra produzirá uma mudança completa nas relações entre trabalho e capital e, finalmente, porá de lado a forma capitalista de produção, tanto industrial como rural. Então, distinções de classe e privilégios desaparecerão juntamente com a base econômica sobre que repousam... A centralização nacional dos meios de produção tornar-se-á a base nacional de uma sociedade composta por associações de produtores livres e iguais, prosseguindo os negócios sociais segundo um plano comum e racional”. Ver Karl Marx, “A nacionalização da terra”, in Karl Marx e Friedrich Engels. *Obras escolhidas, tomo II*. Lisboa e Moscou: Edições Avante e Edições Progresso, 1983, p. 314 a 316.

¹¹ Ver Secco, 2008, p. 183.

¹² O livro foi escrito a pedido de uma editora argentina. No Brasil seria publicado pela Vitória, com capa de Mauro Vinhas a partir de uma foto de Marcel Gautherot.

¹³ O livro estava na sua lista de leituras de novembro de 1965. Ver Guevara, 2006, p. 487.

incluído na bibliografia de *Cangaceiros e fanáticos* (1963a) (e considerado por Facó como tendo as mesmas posições dos “ideólogos da classe dominante”).¹¹ Afinal, o autor de *Formação do Brasil contemporâneo* tinha uma análise que se contrapunha em boa medida a muitas das asserções e jargões pecebistas em voga naquela época. Talvez, por todos os motivos já apontados, é que o alemão Ronald Daus tenha dito que

a diferença entre ficção literária e situações verdadeiramente existentes é completamente desprezada, quando se insinua, como Rui Facó, distribuindo gratuitamente marxismo simplificado, que os cangaceiros só precisariam ser canalizados para outra função, para que se pudesse com eles levar a cabo uma revolução social (DAUS *apud* MELLO, 2004, p. 155).

O fato é que a força da linha política soviética e sua influência interpretativa foram enormes nos quadros pecebistas. E Facó seria um daqueles que não conseguiram se desvencilhar das orientações ideológicas de Moscou. É só lembrar de artigos seus, como “O bolchevique Zhdánov, um exemplo a seguir” (FACÓ, 1948), que elogiava a figura nefasta do dirigente “linha-dura” russo, porta-voz de Stálin no Cominform e responsável pela implementação de lineamentos culturais doutrinadores e limitantes na URSS (especialmente em relação ao “realismo socialista”), ou “Movimento camponês 62: fortalecimento e consolidação” (FACÓ, 1963b), que insiste na categoria do “campesinato” para designar o proletariado rural brasileiro.

Ressalto mais uma vez que a crítica não vai à pessoa ou ao militante, já que ele certamente empregou seu tempo e sua energia nas causas mais nobres de emancipação dos trabalhadores. Mas apenas aos limites impostos por seu ambiente, sua formação, pela época, e mesmo, por sua atividade política. Não custa lembrar que *Brasil século XX* (FACÓ, 1960), – em sua versão em espanhol¹² – foi o único livro de um brasileiro na lista de leituras de Che Guevara, em seus últimos anos de vida, o que não deixa de ser algo interessante.¹³

Talvez a melhor descrição daquele texto de Facó tenha sido feita por Melquíades Pinto Paiva, responsável por um dos maiores dicionários sobre o assunto, *Cangaço: uma ampla bibliografia comentada*, publicado poucos anos atrás (2012). Para ele, aquela seria uma “obra militante, com evidente intenção de proselitismo ideológico, baseada em fontes secundárias, encontradas na bibliografia pertinente. Nem por isso pode ser considerada de menor valor, merecendo a cuidadosa atenção de todos aqueles que se interessam pelos seus dois temas centrais” (PAIVA, 2012, p. 136).

Outros autores fariam algo similar. Maria Christina Matta Machado seria um deles. Mas se Facó realizava seus estudos a partir de uma perspectiva político-partidária, Machado analisaria o fenômeno de um ponto de vista acadêmico.

A jovem pesquisadora (licenciada em História pela PUC) faria uma tentativa de entender o cangaço a partir de pesquisa de campo e colóquios com “coronéis” e ex-bandoleiros. Publicou em *Realidade*, em 1968, uma entrevista com Dadá (mulher de Corisco) e também, na mesma revista, no começo do ano seguinte, uma reportagem com sobreviventes do ataque à grota do Angico, Zé Sereno, Sila e Criança, assim como o ex-soldado da volante, Adriano Ferreira de Andrade. Seus estudos mais conhecidos são a série de textos intitulados *Aspectos do fenômeno do cangaço no Nordeste brasileiro*,¹⁴ editados postumamente em cinco partes, entre 1973 e 1974, na *Revista de História* de São Paulo (na verdade, capítulos do que seria sua tese de doutoramento na USP); e *As táticas de guerra dos cangaceiros* (MACHADO, 1969), que saiu pela Laemmert, do Rio de Janeiro, em 1969, com Luiz Alberto Moniz Bandeira como editor e Pedro Afonso Machado como capista (outro trabalho feito a partir de suas investigações de doutorado).

Maria Christina Matta Machado terminaria seus dias em outubro de 1971, vítima de uma leucemia (e outras complicações), pouco antes de se casar e de defender o PhD. Já havia recebido uma bolsa do governo francês para preparar outro estudo sobre o mesmo tema, na Universidade de Paris,

¹⁴ Ver Maria Christina Russi da Matta Machado, 1973a, p. 139-175; 1973b, p. 177-212; 1973c, p. 473-489; 1974a, p. 161-200; 1974b, p. 145-174.

quando seria orientada por Frédéric Mauro. Mas não teve tempo. Deixou uma obra pequena, mas importante *para a época*. O fato de ter sua trajetória cortada tão abruptamente, porém, impediu que desse prosseguimento e desenvolvesse sua *oeuvre*, que permaneceu num estágio ainda não amadurecido. Se tivesse tido a oportunidade, poderia ter ampliado suas fontes e aprimorado sua metodologia... e ter ou não mantido suas opiniões daquele momento. Seu trabalho, portanto, resultou incompleto e repleto de lacunas. Mesmo tendo feito pesquisas de campo com apoio da Fapesp durante quatro anos na caatinga agreste, “no rastro dos cangaceiros” (percorrendo quase uma centena de localidades) e, sem dúvida, ter tentado, na medida do possível, manter o rigor acadêmico, acabou produzindo um texto que soa bastante similar ao de Facó nas conclusões.

Figuram entre os autores utilizados por Machado (que aparentemente possuía um dos maiores arquivos do gênero), nomes como os de Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior, Oliveira Viana, Nelson Werneck Sodré, Victor Nunes Leal, Marcos Vilaça e Edgard Carone, entre vários outros. E diversas entrevistas. Mas a linguagem é muitas vezes panfletária; o uso de clichês, intermitente; o método de análise estatística, frágil; os argumentos, simplistas; e as resoluções, aparentemente direcionadas a uma opinião definida de antemão, chancelando o que já havia sido decidido em termos teóricos.

Isso pode ser dito, em grande medida, tanto de *Aspectos do fenômeno do cangaço no Nordeste brasileiro*, como também de *As táticas de guerra dos cangaceiros*, que veio à luz pela Laemmert junto com obras de Karl Kautsky, Leon Trotsky, Ho Chi Minh, Alexandra Kollontay, Max Beer e Nikolai Bukhárin, e pouco depois do AI-5, o que é algo significativo. A guerrilha e a repressão se intensificavam no Brasil, e o livro de Machado entrava na lista dos trabalhos “revolucionários” e “subversivos” do período. Frederico Pernambucano de Mello, contudo, comentou de forma ácida, que aquele texto (mais tarde publicado pela Brasiliense)

estava “eivado de erros imperdoáveis, além de não conter em suas páginas nada que diga respeito ao título” (MELLO, 2004, p. 156).

Não chego a tanto. Há um claro reflexo da época (o que é algo compreensível) e até certo pioneirismo, pelo menos no intento de traduzir para o meio acadêmico paulista a linhagem de Facó e Hobsbawm, mesmo sabendo de todas as evidentes limitações daquele trabalho, dos vícios estilísticos, do panfletarismo e da escrita muitas vezes precária.

Os editores do livro, já em sua orelha, se perguntavam se o cangaço seria “banditismo ou movimento libertador” e o cangaceiro, “bandido sanguinário ou sertanejo revoltado”. Indicavam o caminho seguido por Machado, que logo diria que aqueles bandoleiros em geral passavam por simples criminosos e ladrões, “quando, na realidade, eram homens que lutavam porque não conheceram a justiça” (1969, p. 9). Para ela,

no momento em que os homens da Guarda Nacional alcançaram o auge da prepotência, no século XIX, como *coronéis*, surgiram também os sertanejos revoltados, que, não suportando as injustiças, romperam o clã do coronel e fizeram justiça pelas próprias mãos. Foi no sangue da vingança que nasceu o *cangaceiro* (1969, p. 34).

Termos como “estilo medieval”, “regime puramente feudal” (no período colonial), “camponês” (para designar os sertanejos nordestinos) e “movimento” para descrever o “fenômeno” do cangaço (Machado aplica, contudo, esse segundo conceito em outro momento do livro) são usados pela pesquisadora, que fala até mesmo sobre uma “estratégia do coronelismo e seus mercenários”.

Os ecos de Facó são claros aqui. E sobre esse autor, Machado comenta que para o intelectual comunista “o problema é apresentado sob o aspecto do monopólio da terra pelos coronéis. Sem dúvida, o problema é da estrutura agrária, onde uma cúpula

domina e a maioria vive numa calma subjugada” (MACHADO, 1969, p. 37).

Para ela, o problema estaria, de certa forma, igualmente relacionado a questões climáticas. Ainda assim, os cangaceiros “nunca sofreram qualquer problema com a seca, porque eles roubavam aquilo que o coronel negava aos empregados” (MACHADO, 1969, p. 207).

Sobre Virgulino Ferreira, Lampião, personagem central em sua obra, Machado declara que havia sido “o anjo da guarda dos pobres”! (MACHADO, 1969, p. 68). Afinal de contas, ele “não foi o flagelo do sertão, mas o flagelo dos coronéis” (MACHADO, 1969, p. 207).

A pesquisadora paulista conclui seu livro:

A verdade é que o coronel de ontem é o mesmo de hoje, com a mesma mentalidade medieval, com os mesmos costumes, e acreditando ainda na sua prepotência, com o mesmo orgulho, e representando o maior entrave para o desenvolvimento social, econômico e político do Nordeste (MACHADO, 1969, p. 208).

A resolução dos problemas regionais, contudo, é deixada em aberto.

Muito já foi escrito sobre o cangaço. E as opiniões permanecem divergentes em diversos aspectos. De qualquer forma, as investigações sobre o banditismo rural nordestino continuam crescendo, tanto no meio acadêmico como entre os pesquisadores independentes – a Sociedade Brasileira para os Estudos do Cangaço tem desempenhado um papel importante em incentivar e impulsionar os debates sobre o tema –, e certamente novos elementos documentais e trabalhos relativos ao assunto continuarão sendo publicados, material que poderá servir de auxílio valioso para o desenvolvimento da área, especialmente no campo da análise e da interpretação desse fenômeno tão importante em nossa história.

BIBLIOGRAFIA

CÂMARA, Antônio. O PCB, Marighella e a questão agrária brasileira. In: NOVA, Cristiane e NÓVOA Jorge (orgs.). *Carlos Marighella, o homem por trás do mito*. São Paulo: Editora Unesp, 1999, p. 273-287.

CHANDLER, Billy Jaynes. *Lampião, o rei dos cangaceiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo e Rio de Janeiro, Difel, s/d.

FACÓ, Rui. *Brasil século XX*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1960.

_____. *Cangaceiros e fanáticos*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1963a.

_____. Movimento camponês 62: fortalecimento e consolidação. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, p. 6, 11 a 17 de janeiro de 1963b.

_____. O bolchevique Zhdánov, um exemplo a seguir. *Problemas*, n. 13, Rio de Janeiro, 1948, Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/faco/1948/09/zhdanov.htm>>.

GUEVARA, Che. *América Latina: despertar de um continente*. Havana: Ocean Sur, 2006.

HERRESHOFF, David. *The Origins of American Marxism: From the Transcendentalists to De Leon*. Nova Iorque: Monad Press, 1973.

HOBBSAWM, Eric. *Bandidos*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

KAREPOVS, Dainis. *Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938*. São Paulo: Hucitec/Editora Unesp, 2003.

LEWIN, Linda. The Oligarchical Limitations of Social Banditry in Brazil: The Case of the 'Good' Thief Antonio Silvino. *Past and Present*, 82, fevereiro de 1982, p. 114-146.

MACHADO, Maria Christina Russi da Matta. Aspectos do fenômeno do cangaço no Nordeste brasileiro (I). *Revista de História*, n. 93, São Paulo, p. 139-175, 1973a.

- _____. Aspectos do fenômeno do cangaço no Nordeste brasileiro (II). *Revista de História*, n. 95, São Paulo, 1973b, p. 177-212.
- _____. Aspectos do fenômeno do cangaço no Nordeste brasileiro (III). *Revista de História*, n. 96, São Paulo, 1973c, p. 473-489.
- _____. Aspectos do fenômeno do cangaço no Nordeste brasileiro (IV). *Revista de História*, n. 97, São Paulo, 1974a, p. 161-200.
- _____. Aspectos do fenômeno do cangaço no Nordeste brasileiro (V). *Revista de História*, n. 99, São Paulo, 1974b, p. 145-174.
- _____. *As táticas de guerra dos cangaceiros*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.
- MARX, Karl. A nacionalização da terra. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas, tomo II*. Lisboa e Moscou: Edições Avante e Edições Progresso, 1983, p. 314-316.
- _____. e ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas, tomo II*. Lisboa e Moscou: Edições Avante e Edições Progresso, 1983.
- MELLO, Frederico Pernambucano de. *Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil*. São Paulo: A Girafa Editora, 2004.
- MINISTÉRIO da Educação. Divisão de Segurança e Cultura. Informe N. 1. 002/AESI/USP/73, São Paulo, 28 de fevereiro de 1973.
- NOVA, Cristina e NÓVOA, Jorge (orgs.). *Carlos Marighella, o homem por trás do mito*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- PAIVA, Melquíades Pinto. *Cangaço: uma ampla bibliografia comentada*. Fortaleza: Editora Imeph, 2012.
- PERICÁS, Luiz Bernardo. A era do couro (entrevista ao jornalista Carlos Marcelo). *Correio Braziliense*, Caderno Pensar, Brasília, 14 de agosto de 2010, p. 4-5.
- _____. O cangaço desmistificado (entrevista ao jornalista Aldo Gama). *Brasil de Fato*, São Paulo, 7 a 13 de abril de 2011, p. 8.
- _____. *Os cangaceiros: ensaio de interpretação histórica*. São Paulo: Boitempo, 2010.

- _____. e SECCO, Lincoln (orgs.). *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- PINHEIRO, Milton. Rui Facó. In: PERICÁS, Luiz Bernardo e SECCO, Lincoln (orgs.). *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 117-127.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. A estratificação e mobilidade social nas comunidades agrárias do vale do Paraíba. *Revista de História*, São Paulo, p. 195-218, abril-junho de 1950.
- _____. *História do cangaço*. São Paulo: Global, 1986.
- RODRIGUES, José Honório. Os bandidos sociais. In: RODRIGUES, Lêda Boechat (org.). *José Honório Rodrigues: ensaios livres*. São Paulo: Imaginário, 1991, p. 185-186. Publicado originalmente em *Jornal do Brasil*, em 27 de novembro de 1971.
- RODRIGUES, Lêda Boechat (org.). *José Honório Rodrigues: ensaios livres*. São Paulo: Imaginário, 1991.
- SECCO, Lincoln. *Caio Prado Júnior: o sentido da revolução*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- SINGELMANN, Peter. Political Structure and Social Banditry in Northeast Brazil. *Journal of Latin American Studies*, 7/1, Cambridge, 1975, p. 59-83.

LUIZ BERNARDO PERICÁS – Doutor em História Econômica pela USP. É professor de História Contemporânea da USP. <lbpericas@hotmail.com>

